UMA EDIÇÃO DA "ARTE DE FURTAR" DEDICADA A UM EX-FUNCIONÁRIO DA FAZENDA NO CEARÁ

HENRIQUE GONZALEZ

A "Arte de Furtar" é uma sátira (1) na qual se apontam fatos ocorridos no reinado de D. João IV, o célebre monarca da restauração portuguêsa. Quem a escreveu, como é natural numa sátira, buscou todos os disfarces possíveis para não ser identificado.

Não teve o autor a ventura de ver em letra de fôrma a sua obra, que foi publicada cem anos depois, talvez com o enxêrto de outros casos, servindo de carapuça em várias épocas, para diversas personalidades.

A primeira edição não foi impressa em 1652, em Amsterdam, na chamada **Oficina Elvezeriana**, como está no livro. Nunca existiu editôra com o nome de **Elvezeriana**.

A afamada casa dos **Elzevires**, Elzevires e não **Elvezires**, quando editava uma obra, apunha o prenome do **Elzevir** que na época era o editor. Tratava-se de uma família que, durante muitos anos, se dedicou à arte do livro. O nome passou a designar certo tipo de obra de extrema perfeição.

Ao fazer-se referência a um **Elzevir** fica-se sabendo que se trata da confecção mais artística e preciosa que se conhece.

A obra não era de autoria do padre Vieira, como se afirmava.

---

1) — **Não ensina a ladrões o meu discurso, ainda que se intitule «Arte de Furtar»; ensina só a conhecê-los, para os evitar. Todos têm unhas, com que empolgam, e nas unhas de todos hei-de empolgar para os descobrir, por mais que se escondam; e será tão suavemente que ninguém se doa.»** — («Arte de Furtar»).

A traça da contrafação foi descoberta por Francisco José Freire, conhecido na Arcádia portuguêsa por Cândido Lusitano, em 1744. Intitula-se o seu trabalho **"Carta Apologética" em que se mostra que não é o autor da Arte de Furtar, o insigne padre Vieira".**

As primeiras edições foram feitas pelo livreiro João Batista Lerzo, em Lisboa. (2) João Batista de Castro (1700--1755) ocupou-se do assunto com pormenores. Possuía um manuscrito, tendo aproveitado alguns capítulos para juntar a uma obra que compunha.

Em 1746 êle escreveu: **"eu tive (o manuscrito) quase um ano em meu poder: tanto assim que compondo naquele tempo a minha "Hora de Recreio" me aproveitei de algumas histórias, ... que introduzi e se imprimiram em 1742 ... muitos anos antes que viesse à luz a tal Arte."** (3)

O diretor da Biblioteca de Évora, Cunha Rivara, baseado na informação do autor acima, contida no seguimento do que aquêle escreveu, passou a afirmar que a obra era de Tomé Pinheiro da Veiga.

Esta também foi a opinião de João Ribeiro, sustentada por longo tempo, investindo contra Solidônio Leite, que, em 1917, dez anos depois da **edição Garnier**, organizada pelo nosso grande mestre, afirmava que o autor era **Agostinho de Sousa de Macedo.**

Explica-se. João Batista de Castro tinha afirmado no

---

2) — A 1ª edição não traz o retrato do padre Vieira. Tem a data de 1652, e contém 512 páginas. Simula ter sido impressa nos Elzevires, em Amsterdam, mas realmente, como as 2ª e 3ª, foi em Lisboa, por João Batista Lerzo, em 1744.

A 2ª apresenta uma curiosidade: há volumes com 409 págs., e outros com 508. Trata-se, porém, da mesma edição, para poder ser desdobrada em 2ª e 3ª como curiosidade bibliográfica. Finge ter sido impressa por Agostinho Schagen. É a que corre editada pela Cia. Melhoramentos.

Essas pequenas disparidades sempre deram muito que fazer aos estudiosos. No século XVIII, o Morgado de Mateus descobriu uma segunda edição dos **Lusíadas**, até então desconhecida, de 1572, mesma data da primeira.

A **Prosopopéia** é também uma verdadeira charada, por causa de uma edição que nunca existiu. Imprimiram o **Naufrágio que sofreu Jorge de Albuquerque** junto com a Prosopopéia, num só volume. Quando ia em meio a impressão, resolveram separar.

Ficaram exemplares junto com o **Naufrágio**, e exemplares só.

Até hoje os bibliófilos procuram uma edição anterior a de 1601, que nunca existiu.

3) — A autoria da Arte de Furtar — Solidônio Leite pág. 23.

documento encontrado na Biblioteca de Évora: **"O que posso assegurar é: que conferindo o original desta Arte com outro manuscrito de Tomé Pinheiro da Veiga era a letra e o estilo semelhante. Donde é crível que fôsse êle o autor da "Arte de Furtar".** (4)

Depois de discutida entre cinco outros possíveis autores ficou, pelo menos no Brasil, entre Agostinho de Sousa de Macedo, e Tomé Pinheiro da Veiga.

Apadrinhava a segunda tese, João Ribeiro. Pugnava pela primeira, Solidônio Leite, que a princípio publicara um folheto que transformou mais tarde em livro, **edição do Jornal do Comércio, do Rio, em 1917.**

A obra do paciente estudioso causou a melhor impressão entre os **leaders** da cultura brasileira, tendo sôbre ela se manifestado Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, e Capistrano de Abreu, que disse: **A apresentação de Antônio de Sousa de Macedo é fato considerável e as provas tem grande pêso.** (5)

O último trabalho de fôlego sôbre o assunto, no Brasil, é do sr. Afonso Pena Jr., escritor erudito, conhecedor a fundo das questões literárias portuguêsas e brasileiras. Esposa também a opinião de Solidônio Leite, em exaustivo trabalho de exegese.

Entretanto, foi publicado em Portugal, em 1944, um livro de autoria do sr. Joaquim Ferreira, apresentando provas mais concludentes. O autor sustenta que a "Arte de Furtar" é de **D. Francisco Manoel de Melo.**

Sofreu êste general e escritor português a mais cruel perseguição no tempo de D. João IV, apesar de manter amizade com o filho do rei D. Teodósio, que faleceu antes do pai. A morte do príncipe herdeiro deu lugar à regência de D. Luíza de Gusman. Culminou, de maneira espetacular, na ascensão de D. Pedro, irmão de D. Afonso, na qual a estrêla política do padre Vieira apagou-se para sempre.

As misérias dêsse último govêrno escandaloso, assinalou-se pelo encarceramento de D. Afonso, feito pelo próprio irmão, **que se apossou não só do cetro real mas também da própria mulher, com quem casou estando D. Afonso ainda vivo.**

D. Francisco Manoel de Melo, que modificou a sua

---

4) — Idem, idem, pág. 23.
5) — Idem, idem, pág. 23.

qualidade de presidiário com a morte do rei D. João IV, tinha sido acusado de mandante de um assassínio na pessoa de Francisco Cardoso, criado de um nobre da Côrte de D. João IV.

Apesar de fidalgo, de ter as imunidades de Cavaleiro, andou pelos cárceres portuguêses onze anos, vindo depois do falecimento do rei para o Brasil, como degredado.

Na Bahia morou no Montserrat. Estêve em Pernambuco. Escreveu um livro a respeito da vitória contra os holandeses, que intitulou Nova Epanáfora. Negociou açúcar com o comércio de Angola. Namorou uma neta de Felipi Cavalcânti, na Bahia, cunhada do padre Vieira... E apesar de tudo, sempre detestou o Brasil, onde estêve três anos.

É possível que o rei português não tivesse ódio a D. Francisco Manoel de Melo, porém, como não eram os reis que condenavam, que perseguiam, mas os seus conselheiros, o fidalgo português sofreu bastante, tendo estado até na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, onde um falsário lhe pediu chumbo para falsificar um diploma da Santa Sé.

Não podendo ferir diretamente os que o perseguiam, e que avançavam nos bens reais, D. Francisco Manoel de Melo achou na "Arte de Furtar" uma válvula de escapamento freudiano.

Dedicou a obra a D. João IV, e a D. Teodósio. Ela, no entanto, só veio a ter curso, como negócio rendoso para o editor, João Batista Lerzo **camouflado** em Elzevir, em 1744, com data de 1652.

Já anos antes de Joaquim Ferreira, em Portugal, em trabalho de menor relêvo, apresentado num congresso de História, saíra em Portugal um pequeno folheto do sr. Francisco Rodrigues, no qual pretende que o discutido livro tenha sido escrito pelo padre Manoel da Costa.

A tese dêste é calcada num único documento (**testis unus testis nulus**) existente no Vaticano, que diz: **compôs o padre Manoel da Costa uma Arte de Furtar, que deu a el-rei: e foi cousa célebre neste reino discorrendo por todos os ofícios e tribunais: sem nada disso se dar satisfação: mandou o padre Geral por muitas cartas fôsse tirado desta Côrte o padre Manoel da Costa: O P. Bº. Siqueira (Provincial) o tirou, e por lhe despachar um parente com el-rei o fêz Ror. do Algarve** (6).

---

6) — **O autor da Arte de Furtar, resolução de um problema antigo.** Livraria do Apostolado da Imprensa — Pôrto, 1941, pág. 25, **Francisco Rodrigues.**

Com excessivas razões o sr. Joaquim Ferreira reduziu tudo a sua legítima expressão, e provou, com elementos sólidos, que o autor é D. Francisco Manoel de Melo. O que é lamentável na sua obra é o seu ataque à Companhia de Jesus.

Em maio de 1944 o partidário do jesuíta padre Manoel da Costa voltou à carga intempestivamente, e então o sr. Joaquim Ferreira nos deu o segundo livro magistral sôbre o assunto, que se intitula: "M. Costa & Cia ou a Arte de Furtar", respondendo àquele opositor.

Apresentando objeções de ordem psicológica e de ordem biográfica e literária, rebatendo a vaga documentação do sr. Francisco Rodrigues, membro da Academia Portuguêsa de História, o sr. Joaquim Ferreira revela-se um grande panfletário, um notável advogado, e um espírito cultíssimo, sendo apenas injusto no ponto que assinalamos.

A "Arte de Furtar", para os poucos no Brasil que leram o trabalho "D. Francisco Manoel de Melo, autor da Arte de Furtar", está nas mãos do mestre da "Carta de Guia de Casados".

Pensamos que daí jamais alguém possa arrebatá-la. Admitimos enxertos que, talvez numa ou noutra página, possam derivar para autoria diferente. Isso era comum no século XVIII. As edições da "Arte de Furtar", condenada em 1755 na Espanha pelo Santo Ofício, já sobem a treze, porém, as principais, são as engendradas por João Batista Lerzo, e depois, as de Londres (7), atribuídas ao jornalista brasileiro, José Hipólito da Costa.

José Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça era filho de um militar destacado na Colônia do Sacramento, onde nasceu em 1744.

Licenciado em Filosofia e Leis pela Universidade de Coimbra, vemo-lo em 1798 encarregado dos negócios ultramarinos nos Estados Unidos.

Aí se deteve cêrca de dois anos.

Mais tarde veio a ocupar o cargo de diretor da Imprensa

---

7 — As de Londres são: uma de 1820 — **De novo reimpressa e oferecida ao Ilmº Sr. F.B.M. Targini, Tesoureiro-mor do Erário do Rio de Janeiro, e Patrício do Estado. Londres. Na oficina de T. C. Hansard.**
A segunda edição já traz por baixo o retrato de Targini, e os versos:

Qual pirata inico
Que dos trabalhos alheios fica rico. (378 pág.)

Nacional, em Lisboa. Partiu para a Inglaterra a fim de adquirir máquinas destinadas ao estabelecimento que dirigia mas, ao voltar, o Santo Ofício lhe deitou mãos, acusado de pertencer à Maçonaria.

Conseguiu escapar aos cárceres da Inquisição, voltando a Londres, onde se radicou, passando a publicar o **Correio Brasiliense**, de 1808 a 1822, falecendo um ano depois (8).

* * *

A êsse grande jornalista brasileiro tem sido atribuídas as edições de Londres, da "Arte de Furtar", compreendendo uma de 1820 e outra de 1821.

Nessas edições figura o retrato de Francisco Bento Maria Targini, Conselheiro do Real Erário, do Conselho da Fazenda del-rei D. João VI, comendador da Ordem de Cristo, emoldurado por uma corda de imbira...

Porém, na segunda, já se vêem duas estrofes que não recomendam o conselheiro de D. João:

"Qual pirata inico
Que dos trabalhos alheios fica rico."

Targini veio para o Brasil em companhia de D. João VI, que trazia também outro para quem cabia nova dedicatória da "Arte de Furtar", o célebre traidor Joaquim Silvério dos Reis, que depois de furtar à vontade no hoje município de Campos, veio para o Maranhão, onde morreu.

Mais tarde Targini foi agraciado com os títulos de Barão e Visconde de S. Lourenço. Filho de italiano, começara a vida como caixeiro ou guarda-livros, em Lisboa.

Traduziu o "Paraiso Perdido", de Mílton, e o "Ensino sôbre o Homem", de Pope. Êste recebeu acerba crítica de um jornalista português, que dirigia uma publicação em Londres. Deixou inéditas várias obras satíricas (9).

Foi nomeado em 16 de outubro de 1783 escrivão da Provedoria da Fazenda do Ceará, com o ordenado de quatro-

8) — **A Imprensa no Período Colonial** — Alexandre Passos — Cadernos de Cultura - Mins. de Educação. págs. 56 a 60. Os dados todos sôbre José Hipólito colhemos nesse pequeno livro, de publicação recente.

9) — Sôbre Targini recorremos ao **Dicionário Popular, de Pinheiro Chagas,** onde parece que ficou alguma cousa oculta, apesar de dizer muito sôbre Targini.

centos mil réis (10).

No ano de 1801, já com uma precedência sôbre a ironia dos versos que lhe dedicaram na "Arte de Furtar", o reverendíssimo Elias Pinto de Azevedo, lhe enviou uma carta solicitando o pagamento da côngrua a que tinha direito, como vigário que fôra na povoação de Almofala, no Acaraú, cargo que o religioso exercera sem as competentes provisões.

Insinuado talvez por alguém que já conhecesse a fama de Targini, de Portugal, lembrou-se o padre **de oferecer cinqüenta mil réis para os alfinêtes da espôsa do escrivão**, dos seus teres e havêres como vigário no Acaraú.

A reação de Targini foi tremenda:

> **O documento que Vm. remeteu para cobrar a sua côngrua no tempo que diz que serviu de Vigário dessa povoação de Almofala, não é bastante para o dito efeito, visto que Vm. serviu sem as competentes provisões. A respeito de Vm. oferecer 50.000 para os alfinêtes de minha mulher, sua criada, se me oferece dizer-lhe que quando ela veio de Lisboa, trouxe já os alfinêtes que eram precisos para se pregar no Ceará, e que eu desculpo esta sua ousadia atendendo a sua idade, demência, e ao costume com que até a minha chegada se estava de se decidirem semelhantes questões por dinheiro, por ter sido aqui a venalidade companheira inseparável dos Magistrados e Fiscais da Real Fazenda, o que Vm. sabe ser crime horroroso e imperdoável em semelhantes homens.**
>
> **Vila de Fortaleza, 14 de dezembro de 1801.**
> **Francisco Bento Maria Targini** (11).

* * *

A "Arte Furtar", de Londres, de 1821, vingou o padre. Em baixo do retrato de Targini está o dístico com que o inimigo o mimoseou:

> **"Qual pirata inico**
> **Que dos trabalhos alheios fica rio"**

10) — Datas e Fatos para a História do Ceará, Barão de Studart — Fortaleza, 1896, págs. 369/670. O Barão elogia Targini no Ceará.

11) — Idem.